

Salários já têm seu "Dia D"

O Congresso Nacional poderá rejeitar o veto presidencial ao projeto de lei salarial no próximo dia 15. A data para a votação foi marcada pelo senador Nelson Carneiro, presidente do Legislativo, por sugestão do líder do PDT, deputado Vivaldo Barbosa (RJ), condicionada ao andamento dos trabalhos da comissão mista que vai elaborar o parecer. A sessão de abertura do Congresso durou pouco mais de meia hora e, sem quorum para deliberar qualquer matéria, limitou-se a nomear as comissões para apreciar vetos e medidas provisórias encaminhados pelo presidente Collor durante o recesso parlamentar. Para tumultuar a tramitação do veto que trouxe de volta a Brasília os congressistas em plena campanha eleitoral, está a aprovação de um requerimento de inversão de pauta. Pela ordem, pelo menos 54 vetos estão na frente da política salarial.

Enquanto a maioria dos líderes de oposição preocupa-se em apressar a deliberação sobre o veto, o líder do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro (RS), prefere trabalhar com um projeto de lei de conversão para a Medida Provisória 199, simultaneamente. Ele acredita que poderá introduzir alguns itens da política salarial nessa conversão, estender o abono para os aposentados e pensionistas, assim como ampliar a concessão para os meses subsequentes. Discute, também, a possibilidade de aumentar a faixa salarial que terá acesso ao benefício. Os outros líderes preferem investir todas as forças na mobilização dos congressistas para a rejeição do veto,

"O presidente Collor não poderia vetar a nossa proposta de política salarial", afirmou o líder do PDT, que acredita ser, agora, uma questão de honra, de afirmação do Congresso Nacional, obrigá-lo a sancionar a lei.